

Impactos da pandemia na evasão da EJA: rede pública de ensino em Pernambuco e aspectos sociais no período 2018-2021

Paulo Roberto Barbosa dos Santos - Universidade Paulista (UNIP)
<http://orcid.org/0000-0002-9926-9055> - paulo.roberto.b97@outlook.com

Tarcykelly de Sena Santos da Silva - Universidade Paulista (UNIP)
<http://orcid.org/0000-0002-2000-0441> - tarcykellysena19@gmail.com

Victor Oliveira Silva - Universidade Maurício de Nassau
<http://orcid.org/0000-0003-4393-7269> - victoroliveira0712@gmail.com

José Eduardo Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0002-8483-0305> - silva.j.e@outlook.com

Resumo – Objetivou-se compreender como ocorre o processo de ensino na Educação de Jovens e Adultos, considerando os aspectos socioeconômico e educacional agravados pela pandemia da COVID-19, no período dos últimos 4 anos (2018 a 2021), em escolas públicas do estado pernambucano. O método de pesquisa foi do tipo bibliográfico abordando características qualitativas utilizando como base 72 obras, sendo 44 de fundamentação teórica e 28, utilizando os eixos temáticos EJA, contexto social e econômico, educação remota, políticas públicas e programas destinados à EJA, saúde mental dos estudantes e pandemia. Os Resultados demonstraram que há evidências de segregações sociais sistemáticas como as de gênero, etnia e condição social que ocorrem na modalidade de ensino. Pode-se concluir que o Estado, responsável pelo bem-estar de todos deve sempre articular políticas públicas educacionais que subsidiem a EJA com todos os aparatos disponíveis através de sindicatos e entidades educacionais, bem como, no âmbito da saúde, impulsionando e motivando a criação de palestras de conscientização.

Palavras-chave: Ensino, Educação, Políticas Públicas, Isolamento Social.

Impacts of the pandemic on the evasion of the EJA: public school system in Pernambuco and social aspects in the period 2018-2021

Abstract – The objective was to understand how the teaching process in Youth and Adult Education occurs, considering the socioeconomic and educational aspects aggravated by the COVID-19 pandemic, in the period of the last 4 years (2018 to 2021), in public schools in the state of Pernambuco. The research method was of the bibliographic type, approaching qualitative characteristics using 72 works as a basis, 44 of which were theoretical and 28, using the thematic axes EJA, social and economic context, remote education, public policies and programs aimed at EJA, mental health of students and pandemic. The Results showed that there is evidence of systematic social segregation such as gender, ethnicity and social status that occur in the teaching modality. It can be concluded that the State, responsible for the well-being of all, must always articulate public educational policies that subsidize the EJA with all the apparatus available through unions and educational entities, as well as, in the field of health, promoting and motivating the creation of awareness lectures.

Keywords: Teaching; Education; Public Policy; Social Isolation.

Data da submissão: 19/01/2022

Data de aceitação: 05/12/2022

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons
Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



DOI: <https://doi.org/10.51359/2317-0115.2023.253022>

1. Introdução

Observa-se por meio de documentos históricos como a Constituição Federal, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA e o Manifesto dos Pioneiros da Educação que a evasão escolar na modalidade, acomete-se de impactos significativos desde a primeira Revolução Industrial, responsáveis por levar boa parte da população operária para linha da pobreza ou extrema pobreza. Verificando que as longas jornadas de trabalho levariam a evasão escolar e a má remuneração de mão de obra.

No Brasil, a EJA chegou de forma catequista e só a burguesia tinha acesso à educação elementar, onde se desenvolviam conceitos básicos de Matemática, Cidadania e Religião, enquanto outras classes precisavam garantir sua sobrevivência através dos proventos recebidos por suas mãos de obras. No decorrer do tempo essa realidade foi mudando e a população carente foi entrando no sistema brasileiro de educação e embora houvesse o acesso à educação por parte do povo, esse ensino ainda era de cunho elitista, dominador e precário.

Em 1915 no Rio de Janeiro, foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, no intuito de combater a ignorância das instituições brasileiras, que não se importavam com o mal do analfabetismo, assim como a Associação Brasileira de Educação – ABE, fundada em 1924 com o objetivo de proporcionar mudanças na educação nacional, relacionadas ao pedido de mais atuação política no âmbito da educação para pessoas que não tiveram condições sociais de serem alfabetizadas em tempo regular, para poderem acessar uma educação sem distinção.

Nesse contexto, a EJA se firmou a partir da década de 1930, mas com a ideia de ensinar a ler e a escrever, e não formar um cidadão com a consciência crítica, caso contrário seria um prejuízo para os interesses do Governo (MAMÉDIO, 2019). Também criada em 1947 a Campanha Nacional do Povo objetivava o planejamento para aumentar a capacidade intelectual e profissional das pessoas com vistas ao desenvolvimento coletivo de comunidades. Por conseguinte, a EJA foi ganhando destaque no país com o ideal de uma educação melhor (FERREIRA, 2019).

Nada obstante, a Organização das Nações Unidas - ONU, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, buscando verificar e compreender a condução da EJA nos países em desenvolvimento, organizaram em 1949 a Conferência Internacional de Educação de Adultos.

Com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, através do decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, durante o governo de Costa e Silva no contexto autoritário da ditadura militar, buscou o desenvolvimento da formação e qualificação ao atendimento da indústria como ponte direta para o avanço da educação e da economia simultaneamente (BRASIL, 1968).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, previu em seu capítulo II, seção V, o estabelecimento da Educação de Jovens e Adultos, conforme seu Artigo 37º § 1º, onde, os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

No Estado de Pernambuco, a evasão escolar assim como no resto do Brasil foi uma realidade desde a chegada da Companhia de Jesus em 1549. No entanto, é possível perceber que no período estudado, a situação se agravou, em especial no período da pandemia em que diversos aspectos sociais impactaram milhares de jovens e adultos da rede pública de ensino do estado (FERREIRA; OLIVEIRA, 2020).

A evasão escolar em Pernambuco tem relações com questões sociais, culturais, pessoais, escolares e políticas que contribuem para evidência da defasagem educacional contemporizada com diversas formas de segregação social: desigualdades, violência contra a mulher, alcoolismo, tráfico de drogas e altos índices de criminalidade além das questões de gênero, raça e cor. Constata-se a modalidade de ensino em um campo marginal, sendo portanto, desvalorizada na área da educação, pois é ignorada pelo poder público, pela sociedade, pelos professores e muitas vezes pela própria família (SILVA et al., 2018).

Em situação pandêmica é possível identificar o cenário preocupante de evasão escolar, seja pela necessidade de trabalho para assegurar necessidades individuais ou até mesmo pela defasagem que contribui pela falta de interesse por parte dos alunos. É necessário que a EJA seja considerada com condição de política compensatória e vista como real necessidade educacional dos sujeitos que desejam oportunidade no campo educativo e profissional.

Deste modo objetivou-se compreender como ocorre o processo de ensino na Educação de Jovens e Adultos, considerando os aspectos socioeconômico e educacional agravados pela pandemia da COVID-19, no período dos últimos 4 anos (2018 a 2021), em escolas públicas do estado pernambucano. Incluindo a análise sistemática da literatura dos últimos três anos que fundamentem o período da pandemia, considerando os impactos sociais no processo de ensino de qualidade na EJA. Com a investigação, levantaram-se os seguintes questionamentos: Quais os perfis dos estudantes evadidos? Qual o impacto da pandemia na EJA? Existem políticas públicas que fomentam condições e ações para evitar a evasão na EJA?

Neste estudo utilizou-se como método a pesquisa do tipo bibliográfica, abordando aspectos descritivos e exploratórios, utilizando o *Google Acadêmico* como banco de dados na recuperação de artigos científicos, de cunho qualitativo com a finalidade de compreender sobre as razões e motivações que impulsionam os estudantes a evadir do âmbito escolar, levando em consideração o cenário atual em tempo de pandemia no estado de Pernambuco.

2. Políticas públicas: regulamentando a EJA

De acordo com a Constituição Imperial (BRASIL, 1824), assegurava-se a gratuidade do ensino a todos os cidadãos, com a ideia de desenvolvimento da segurança e da liberdade. Entretanto, não haviam escolas suficientes para toda a população e a aristocracia excluiu determinados grupos como os indígenas por acreditar que não eram livres, notando-os como “bárbaros”, bem como a exclusão dos negros, vistos como “propriedades” da nobreza rural, sendo utilizados como mão de obra escrava em benefício do modelo de produção agrária, características da segregação em contradição ao acesso à educação para todos.

Nessa perspectiva, não houve mudanças sólidas na sociedade, e por isso o conceito de cidadania não obteve aceitação e causou um entrave para a viabilização do direito concedido, dado que no período imperial apenas uma pequena parcela da população possuía cidadania, requisito conferido à elite econômica que administrava a educação, segregando negros, indígenas e mulheres (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

No mesmo sentido, é possível destacar à época, de forma ampla, que a Educação de Adultos foi redigida por interesses de ordem política, econômica e religiosa. Em que o analfabetismo é fruto da ausência do conceito de continuidade nos estudos a fim de ascensão social, em que a maioria da população não tinha, qualquer que seja, uma formação

Posteriormente, com a Proclamação da República (1889), a educação permaneceu inalterada no país com a continuidade da educação elitizada. Em 1891, a Constituição reconhece a instrumentação legal do ensino primário e secundário, buscando ao combate do analfabetismo no intuito de formar seus cidadãos incluindo-os na população em que poderiam participar de eleições, como votar para presidente.

Entretanto, as políticas públicas educacionais instrumentalizadas entre o período de 1890 e 1920 não continham disposições orçamentárias para garantir o acesso à Educação de Jovens e Adultos nem a permanência, levando em consideração limitação de tempo para estudo. Dado que a extensa carga horária de trabalho, podendo chegar até 15 horas diárias. Concomitantemente, os dados do Censo de 1890 afirmaram que 82,2% dos cidadãos ainda eram analfabetos por tendências sociais e políticas. Posteriormente no Brasil República, em sua constituição, promulgada em 1988, observa-se a educação de forma ampla reconhecendo-a como direito social e, portanto, direito de todos (DE AQUINO et al., 2021).

No início da década de 1930, com a insatisfação da sociedade civil predominava-se o ensino religioso e conservador, além do acesso ser restrito a classes sociais, foi criado o Movimento da Escola Nova. Um manifesto dos pioneiros da educação tinha como ideal a modificação dos rumos da educação brasileira em favor da população menos favorecida, aplicando ideais pedagógicos diferentes dos aplicados na época anterior.

O movimento teve influências norte-americanas através do educador e filósofo John Dewey, idealizador da causa. Assim, com o conhecimento da ideologia que alicerçava o movimento, alguns educadores brasileiros se tornaram adeptos a causa e utilizaram como base para um novo modelo educacional. Dentre os educadores brasileiros, a Escola Nova no Brasil contou com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho (GADELHA; DE MORAES; RIBEIRO, 2021).

Porém, a proposta do novo modelo de educação impactou, na elite educacional que em sua totalidade católica, obteve uma frente reacionária-tradicional forte, cujo ideal de escola laica, residia na forma de demonizar os alicerces educacionais levantados até o momento. E nesse cenário ideológico o movimento Escola Nova assume papel de relevância propondo novos processos educacionais com a constituição do ideal de Escola Pública, gratuita e de qualidade para todos.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, art. 26, reconhece o acesso à educação como direito “pleno da personalidade humana” e expõe a necessidade de fortalecer o respeito aos direitos fundamentais e o acesso a esse direito está interligada com a Educação Básica que pressupõe a premência e conclusão desse nível de escolaridade, dispondo as condições necessárias para continuidade em outros níveis de instrução.

No início dos anos 60, o educador Paulo Freire desenvolveu um método inovador que estimula o desenvolvimento educacional mediante a discussão da experiência de vida do sujeito, decodificando sua realidade em palavras escritas e compreensão do mundo. Sua proposta de alfabetização previa alfabetizar 300 pessoas em 40 horas, constituindo o Método Freire. Este balizou o desenvolvimento do Plano Nacional de Alfabetização - PNA. Embora a proposta fosse suscetível ao avanço educacional no âmbito das políticas públicas, após o Golpe Militar, Freire precisou se exilar e nos 16 anos posteriores passou por países como: Cabo Verde, Chile, Suíça, Estados Unidos, Angola e Moçambique, aplicando seu método por todos eles (LIMA, 2018).

Consequentemente, o Plano Nacional de Educação foi extinto e deu lugar ao Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que adotou a ideia do projeto anterior com viés de alfabetizar Jovens e Adultos. De acordo com a Lei 5.379/67, foi previsto a alfabetização funcional e continuada para todos os cidadãos que não estudaram em idade regular, entretanto, com focos diferentes do PNA.

Nesse contexto, a Ditadura Militar ocasionou diversos impactos e retrocessos na educação, refletidos em dias atuais nas salas de aula e na defasagem de ensino, observadas práticas ameaçadoras e postura autoritária de docentes que entenderam o Golpe como necessário, assim como, a compreensão da marginalidade generalizada e subversiva que a Ditadura impôs aos cidadãos que se opunha (ARRUDA, 2018).

No âmbito da educação, a Lei 5692/71 fomentou à EJA, fundamental para as funções básicas educacionais, bem como, a criação de cursos e exames supletivos. No Art. 4 prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais e o Art. 11 previu o ano letivo em 180 dias, assim, flexibilizando o ensino supletivo para quem não teve acesso a escola em idade regular (BRASIL, 1971).

Entretanto, as políticas educacionais tornaram-se expressivamente desenvolvidas e promulgadas como a Constituição Federal de 1988 predispõe no campo dos títulos dos direitos individuais e coletivos o acesso à educação para todos os cidadãos com nacionalidade brasileira.

Expressando a preocupação do Estado com os cidadãos que não tiveram possibilidade da escolarização em idade adequada, como pontua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, art. 37, §1º - Cabe aos sistemas educativos de estados e municípios viabilizar a oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas e igualitárias, considerando as características dos

alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos, exames, ações integradas e complementares entre si, estruturados em um projeto pedagógico próprio (BRASIL, 1996).

Por isso, em cumprimento da CF de 1988, a LDB delibera claramente a EJA como modalidade de ensino da educação básica: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (BRASIL, 1996). Em contrapartida, os baixos índices de IDH dos estados e municípios, e a falta de escola para suprir à quantidade de brasileiros adultos necessitando da referida modalidade, dificultam a erradicação do analfabetismo.

Em 2003, o Governo Federal com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, tendo como norte a ação de combater o analfabetismo de Jovens e Adultos no intuito de promover a universalização do ensino no Brasil, sobretudo, na emancipação da população menos favorecida.

O programa foi responsável pela ampliação de políticas públicas educacionais relevantes no âmbito da EJA, nas quais, se abriram espaço para a inclusão social. Contudo, faltou projetos de continuidade para os alunos posteriormente alfabetizados, ou seja, havia a oportunidade do acesso ao letramento, mas os programas sociais interligados à EJA não dispunham de políticas educacionais para desenvolver os cidadãos à longo prazo (CHAGAS, 2020).

Nessa premissa, é inteligível que essas políticas educacionais se desenvolvam a fim de ofertar melhores condições de acessibilidade na EJA junto a sociedade civil, para que a educação, venha ser pública e gratuita de forma democrática, compreendida em pensamento e prática que indivíduos sem educação leva ao fato do não desenvolvimento social e econômico de um país (FREIRE, 2002).

Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em 2007, a modalidade da EJA passou a ser frequentemente amparada pelas políticas de financiamento educacional, houve ampliação na oferta de vagas em instituições de ensino no âmbito da educação de adultos, tendo em vista, que essa política reparou a lacuna com a extinção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que priorizava o ensino fundamental regular, não investindo de forma eficaz na EJA (CASTRO, 2020).

No âmbito da EJA, o PNE propôs metas que incorporasse de forma ampla a elevação da escolaridade média e a superação ao analfabetismo. E interliga a EJA com a educação profissional se tornando uma referência nas políticas educacionais. Com isso, PNE tem como meta estabelecida entre 2014-2024 investigar as possíveis causas da evasão escolar dos alunos, bem como a campanha nacional de mobilização para a realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, que engendra a obtenção dos certificados de Ensino Fundamental e Médio através de provas aplicadas nestes níveis de escolarização (DOS SANTOS, 2021).

Para tanto, Arruda, Do Nascimento Osório e Da Silva (2020) citam que a educação de jovens e adultos é forjada por uma rede complexa de dispositivos que implicam ajustamentos intermediados por *discursividades*, políticas e práticas efetivas que corroboram lógicas econômicas, cujas tramas são ratificadas pela coletividade em face de demandas e

necessidades atinentes a condicionantes dados em diferentes instâncias e âmbitos, relacionados às urgências de empregabilidade e renda, ligadas às competências individuais.

2.1 Evasão na EJA: perspectiva socioeconômica

Em meados do século XX, o contexto socioeconômico do país direcionou iniciativas como base para futuras políticas públicas educacionais na área da EJA pois, o Brasil se mantinha com uma economia hegemonicamente agrícola. Após esse momento, com o progresso de uma economia industrial, a carência de uma mão de obra qualificada constituiu uma das razões de urgente demanda de mercado (ZUNTI, 2018).

Após os discernimentos empreendidos pelo educador Paulo Freire, surge uma nova visão acerca da educação e colocou em contrariedade à questão do analfabetismo. Uma vez que para Freire esse fenômeno social não era a causa do processo em si, mas a pobreza, como efeito de uma sociedade injusta e desigual (MORAES; SANTOS, 2019).

Nessa ótica, a falta de qualificação profissional não transmitia confiança para os proprietários do capital, em que a mão de obra qualificada é essencial para engatar um novo ramo setorial-industrial no Brasil e em oposição se verificou diversos trabalhadores brasileiros tendentes a trabalhar, porém, preponderantemente analfabetos e mais uma vez a falta de alfabetização foi um entrave para a economia brasileira (MOREIRA, 2019).

Mangiavacchi e Magnelli (2019) citam o surgimento de políticas externas no pós-guerra, com foco nas políticas educacionais objetivando combater o analfabetismo, elevando o grau de instrução da população apta ao mercado de trabalho. Ocasão em que foi criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA com início efetivo em 1947 até meados dos anos 1950, cuja taxa de analfabetismo permeava os 50,6% na população brasileira.

Silva *et al.* (2017b) afirmam que a demanda setorial em determinadas áreas da indústria como características particulares do capitalismo, impulsionou o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos para a educação profissional em favor do desenvolvimento econômico. Com isso, a educação pauta-se em diversas exigências de produtividade e competitividade culminando em políticas públicas educacionais estruturadas com base nas relações econômicas.

E essas relações evidenciam para Marx (1975), que a estrutura da sociedade organizada sobre o capitalismo e o trabalho, interligam os homens com todas as pessoas da terra sob a égide da produtividade. Assim, se torna nítido atualmente o ensino técnico, que visa o desenvolvimento educacional do indivíduo para atuar no mercado de trabalho apenas com a comprovação documental que concluiu determinado nível de escolarização.

Dessa forma, no campo educacional, a junção da EJA com a economia solidária foi pensada no intuito de trabalhar a questão humanitária e da solidariedade por partes dos indivíduos, no contexto de desemprego, essas ações tendentes de força e união apontam caminhos de combate à pobreza afim de emancipar e ascender socialmente os envolvidos.

Nessa premissa, a Política de Economia Solidária – ES, oficializada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, é fundamental ao combate da exclusão por gênero, raça, idade, estilo de vida e instrução acadêmica no mercado de trabalho. Haja vista, que se verifica a crítica ao

capitalismo que separa os vitoriosos e derrotados através do cargo ocupado e essa lógica da economia solidária prevê a solidariedade e a sustentabilidade em favor da construção de empreendimentos por parte dos sujeitos frente à exclusão de mercado (IAZDI, 2021).

Silva (2017a), cita que o quadro funcional da economia solidária se atrela à justa remuneração, valorização da mão de obra, meios de realização dos trabalhos e minimização das desigualdades, tal como, a valorização local e cultural que resgata a cidadania e a emancipação da comunidade aderente. Dessa forma, o conceito de autogestão considera-se o primeiro norte para tais práticas, bem como, o desenvolvimento do altruísmo por parte dos indivíduos aderentes que têm a capacidade de tomada de decisões sem nenhum tipo de cadeia hierárquica como sugere o capitalismo, se caracterizando em uma gestão democrática (CRISPIM et al., 2017).

No entanto, essa prática se torna indispensável para o sustento das famílias, tendo em vista que o mercado de trabalho exige, cada vez mais e promove, a competitividade assim como o abismo da exclusão para os que não têm. A Economia Solidária - ES no âmbito da EJA percebe o trabalho como uma prática educativa, não como uma obrigação, mas como a capacidade de estimular ações específicas, colocando em evidência a singularidade dos indivíduos, podendo criar soluções com habilidades e organização para o meio no qual se vive (COSTA, 2020).

Diante de inúmeras crises econômicas do setor trabalhista se torna cada vez mais importante buscar formas de sobrevivência, a ES também está interligada ao capitalismo, porém condicionada previamente da distribuição de renda de forma justa para todos os participantes que estão produzindo determinado produto, e quanto mais o capitalismo decline maior é a evidência desta economia, que vem garantindo a geração de emprego e da ideia que é possível ser sustentável com outro modelo econômico (SILVA, 2017a).

Em tempos de isolamento social e tentativa de retomada do ensino híbrido, a educação se depara com diversas mudanças no ensino-aprendizagem, visando quebrar a proposta pedagógica tradicional e inserir o uso de ferramentas tecnológicas como aporte para um melhor aproveitamento educacional (MENEZES et al., 2021).

Logo, as mudanças são necessárias para as habilidades e competências se desenvolverem de forma integral nos estudantes afim de cativá-los para nova forma de aprendizagem e consequentemente qualificação sólida com a finalidade de suprir as demandas econômicas do país.

Em 2020, realizou-se um levantamento pela revista Agência Brasil, chegando à conclusão através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que os trabalhadores entre 18 e 24 anos foram os mais afetados pela pandemia. Conclui-se que a taxa de desemprego na faixa etária subiu 6% em comparação ao mesmo período de 2019 totalizando 29,8%, referentes ao total de 4,1 milhões de jovens desempregados. Observou-se também, que a taxa de demissões foi maior para os jovens com o ensino médio incompleto, tornando-se necessário a obtenção de grau de escolarização melhor para a permanência no mercado de trabalho, a inatividade econômica por parte dos cidadãos menos escolarizados acentuou-se (CAMPOS, 2021).

Em setembro de 2021, o Ministério da Economia divulgou dados do IPEA afirmando que a renda dos jovens e adultos entre 25 e 39 anos foi agravada com queda nos rendimentos formais para o segundo trimestre desse ano. Apontou-se que o impacto da pandemia no setor trabalhista não foi apenas no nível de ocupação, mas também houve uma alteração nas horas

trabalhadas, reduzindo a carga horária bem como o afastamento das funções em razão das medidas de distanciamento e do corte de funcionários, levando em consideração o aspecto econômico declinado das empresas privadas em razão da pandemia (BRASIL, 2021).

Para os trabalhadores sem carteira assinada, a alta foi de 6,9%. Entretanto, as médias percentuais de remuneração elevadas de trabalhadores informais, se deu pela junção da realização de sua oferta de trabalho em consonância com o valor do auxílio emergencial, programa social do Governo Federal destinado a população de baixa renda (SALLES; ARAÚJO, 2021).

Em Recife, a Secretaria de Educação e Esportes – SEE, através do Ministério Público de Pernambuco – MPPE, e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Pernambuco - UNDIMEPE, criaram o programa “voltei”, com o objetivo de destinar verbas para a recuperação e cooptação dos jovens e adultos evadidos da rede pública de ensino em Pernambuco e ao mesmo tempo combater a evasão escolar na EJA. Além da quantidade excessiva de estudantes inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCEJA, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, órgão ligado ao Ministério da Educação que oferta uma proposta social de certificar as competências de Jovens e Adultos que não conseguiram terminar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em idade regular (AZEVEDO, 2021).

Como predispõe o art. 38, §1º e §2º da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, o requisito de inscrição para o ensino fundamental a partir dos 15 anos e da inscrição para o ensino médio a partir dos 18 anos. O exame classifica os requisitos básicos de acordo com a legislação vigente se alinhado aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, a fim de adequar e adaptar os conteúdos programados a um objetivo típico que é a realização da prova.

A avaliação de desempenho da prova é calculada sob a Teoria de Resposta ao Item - TRI e com base de proficiência com média 100 e desvio-padrão de 20 pontos, além da prova de redação que tem nota global entre zero e mil. Com isso, para ser aprovado no Enseja, é preciso tirar em média 100 pontos nos cadernos de prova, sendo 4 nas diversas áreas do conhecimento com o total de 30 questões cada um e a disciplina de redação, com a exigência de apenas não zerar (BRASIL, 2021).

A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco criou o projeto de supletivo em maio de 2021 com inscrições através da internet e para os alunos sem acesso à internet foi disponibilizada a utilização de salas de informática nas escolas municipais e estaduais com a intenção de todos terem acesso à matrícula, visando garantir a educação a todos.

Para participar do supletivo, o aluno deverá ter 15 anos para a realização do exame de ensino fundamental e 18 anos para o médio conforme a lei vigente, a prova também atendeu a população privada de liberdade que estão no sistema carcerário assim como deu subsídio para inscritos com condições auditivas e físicas, disponibilizando um atendimento especial durante a realização da avaliação (PERNAMBUCO, 2015).

Sendo assim, é necessário observar esses indivíduos de forma integral, dado que o papel do Estado deve ser ativo em relação às políticas públicas educacionais com o objetivo de desenvolver competências nos cidadãos para inclui-los no sistema financeiro, seja como consumo ou investimentos, na iniciativa de se desenvolver economicamente e

consequentemente ter uma mão de obra qualificada que destaque o mercado financeiro para possíveis investimentos estrangeiros aumentando a credibilidade internacional de mercado.

3. Metodologia

O critério metodológico adotado foi da pesquisa bibliográfica, considerando as características de abordagens qualitativa e quantitativa (CHEMIN, 2020). Nesse aspecto, o estudo foi desenvolvido como uma pesquisa do tipo revisão sistemática da literatura, possibilitando aprofundamento histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, compreendendo-a quanto ao objetivo como descritiva e exploratória (PEREIRA et al., 2018).

Para coleta dos dados, utilizou-se da plataforma Google Acadêmico objetivando recuperar a base literária, cujos resultados produzidos em artigos de periódicos utilizou-se como recorte temporal o período entre 2017 e 2021. Dando enfoque aos temas; histórico da evasão escolar no Brasil, impactos da pandemia na Educação de Jovens e Adultos, ensino-aprendizagem, crise econômica e políticas públicas, restringindo alguns programas educacionais ao estado de Pernambuco.

Na primeira etapa, utilizando os descritores: EJA, pandemia, tecnologia, políticas públicas, gestão escolar, educação e psicologia da educação, formaram a base para busca e recuperação das referidas obras, foram recuperadas 114 produções, das quais foram selecionadas 72 obras, incluídas por apresentarem pertinência ao escopo do estudo, excluindo as demais por não se enquadrarem na temática. A segunda etapa constitui-se da seleção de 44 produções a serem utilizadas para fundamentação teórica e outras 28 embasaram a análise dos resultados e discussões.

Assim, a análise de dados foi realizada por uma pesquisa exploratória elaborada após tabulação dos dados levantados em que livros, artigos de periódicos, artigos de anais de eventos, e-book, documentos, trabalhos de conclusão de curso entre outros, considerando os eixos temáticos: EJA, pandemia, tecnologia, gestão, evasão, educação remota, políticas públicas, dentre outros.

Cabe inferir que aos futuros profissionais da pedagogia, pesquisas desta natureza insere-os no exercício prático da ciência, construindo novos saberes em cima de questionamentos no âmbito educacional e social.

4. Resultados e Discussões

As obras selecionadas compreendem artigos, documentos, trabalhos de conclusão de curso e livros. Onde a análise e discussões obedeceram a segmentação em quatro subitens: programas educacionais destinados a jovens e adultos em Pernambuco, ferramentas pedagógicas e educação a distância, efeitos da pandemia na saúde mental de jovens e adultos, e investigando a condição social dos evadidos. No quadro 1 constam as 28 obras selecionadas.

Quadro 1: Obras selecionadas.

AUTOR	TÍTULO
Aquino et al. (2020)	Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil
Barbalho (2019)	Percentagem de analfabetismo e direito a educação em adultos de 25 a 50 anos do bairro dos coelhos, Recife, PE-Brasil-ano 2018
Barros et al. (2020)	Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19
Bissaro et al. (2021)	Evasão e abandono escolar: os desafios de conter seu avanço, as causas e consequências-estudo de caso na Escola Municipal “João Mendonça”, em Teixeira de Freitas-Bahia
Brasil (2020)	Departamento Penitenciário Nacional
Brasil (2021)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2020
Carvalho e Santos (2021)	A proposta pedagógica de Educação do Campo no estado de Pernambuco: diálogos entre Educação do Campo, currículo integrado e interdisciplinaridade
CIEB (2020)	Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto
Cruz et al. (2018)	Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar
Cysne (2021)	Estudo dos efeitos comportamentais e do estresse oxidativo do cloridrato de metilfenidato em modelo de depressão induzido por estresse crônico imprevisível em camundongos
Rosa e Silva (2021)	Relação entre pobreza e evasão escolar: um aporte teórico
Dourado (2018)	A institucionalização do sistema nacional de educação e o plano nacional de educação: proposições e disputas
Freire (1987)	Pedagogia do Oprimido
Freitas et al. (2021)	A colaboração do ensino virtualizado dentro da perspectiva educacional
Goes e Cassiano (2020)	COVID-19 e a percepção de docentes do ensino superior sobre o uso de plataformas digitais
Heinsfeld e Pischetola (2019)	O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação
Idoeda (2020)	Os desafios da educação à distância, adotada às pressas na quarentena
Jesus, Neves e Carvalho (2021)	Identidade, cultura e trabalho: um olhar sobre a educação de jovens e adultos no projoovem campo saberes da terra
Júnior et al. (2020)	Educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia de COVID-19: Cenários e Dilemas em Municípios Baianos
Kohn et al. (2020)	Saúde mental dos estudantes em tempos de pandemia
Lima (2018)	Implantação dos sistemas municipais de ensino no agreste pernambucano: em busca da autonomia
Morais, Santos e Paiva (2021)	Políticas públicas de educação no contexto neoliberal: um breve balanço.
Peres	Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia
Piaget (1975)	O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas.
Recife (2002)	Prefeitura do Recife cria o sistema municipal de ensino do Recife - SMER
Santana et al. (2020)	A importância do uso da internet sob o viés da promoção interativa na educação em tempos de pandemia.
Sestrem (2021)	Desigualdade educacional: alunos pobres têm mais prejuízo com escolas fechadas.
Tokarnia (2020)	Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever

Fonte: Compilado de Dos Santos; Da Silva e Silva (2021).

Observa-se no quadro 1 a inserção de 07 documentos e 02 livros, 02 trabalhos de conclusão de curso, 02 artigos publicados em anais de eventos e 15 artigos de periódicos.

4.1 Programas educacionais destinados a jovens e adultos em Pernambuco

De modo geral, no que concerne aos programas educacionais estabelecidos em Pernambuco bem como no Brasil, os indicadores sociais se apresentam baixos em relação a outros países. Dado que em 1990 foi proposta uma reforma educacional sugerindo a sintonia

entre as diretrizes nacionais e a área econômica, expondo o acesso à educação como um direito fundamental na formação do cidadão, recebendo investimentos mensais e anuais, colocando a educação em primeiro lugar, assim como a permanência e a continuidade em todos os níveis com uma oferta qualitativa de ensino. Corroborando com a valorização de profissionais de educação de todos os níveis buscando otimizar o percentual de Jovens e Adultos analfabetos (BARBALHO, 2019).

Pode-se afirmar que a educação evidencia diversas metas historicamente, tendo em vista, que os movimentos da sociedade refletem no campo educacional e, portanto, pode ser observada como ações de transformações ativas na sociedade. Torna-se possível compreender que o modelo educacional atual já não atende as demandas dos estudantes, que estão cada vez mais interligados com as tecnologias de informação desde pequenos, necessitando então, de uma ampliação estrutural e capaz de preencher as lacunas deixadas pelo modelo, em que o professor é centro do processo (PERES, 2020).

Nesse contexto, a captação total do analfabetismo absoluto entre os estados, demonstra que metade dos analfabetos brasileiros estão concentrados em cinco estados: Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará. Na capital pernambucana, no ano de 2002, houve um marco na educação com a criação do Sistema Educacional de Ensino do Recife, através da lei nº 16.768/2002 que delibera em seu art. 1º funções de planejar, organizar, implantar e executar políticas e planos educacionais, e no art. 9º reforçando que a gestão democrática de ensino norteará as ações de planejamento, implementação e avaliação de políticas e planos de educação do município, garantindo a participação de docentes, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade, das entidades que atuam no campo educacional e dos órgãos que integram este sistema de ensino (RECIFE, 2002).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - PROJOVEM, chega a Pernambuco em 2006 por meio de verbas destinadas a modalidade EJA, destinado a formação e preparação dos jovens e adultos para os setores econômicos de cunho profissionalizante, aumentando a possibilidade daqueles que passaram sua juventude dispersos da escola, tenham a oportunidade de requalificação para atuar nas empresas de forma técnica além de se desenvolver como sujeito social.

Diante disso, o PROJOVEM urbano nos últimos 10 anos vem sendo utilizado como ferramenta de qualificação para os cidadãos de Pernambuco, que sofrem com altas demandas de mão de obra no Complexo Industrial Portuário – SUAPE, em especial nas cidades adjacentes como Olinda, Recife, Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho (JESUS; NEVES; CARVALHO, 2021).

Assim como, o Projeto Tecendo Saber, disponibilizado pela rede municipal de telecomunicações através dos canais TV Cultura, TV Brasil e TV Escola, propõe levar o conhecimento básico para jovens e adultos, exibindo temas como: trabalho, meio ambiente, sexualidade, noções sociais e de classes, objetivando qualidade de vida e a reformulação para uma sociedade mais justa e tolerante. Logo, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco criou o Caderno de Orientações Pedagógicas para a Modalidade EJA visando contribuir e oferecer aos professores subsídios na elaboração das suas atividades para atingir os estudantes da melhor forma.

O documento recomenda a redução da carga horária completa em comparação aos ensinos regulares, ofertando a conclusão do ano letivo em 1 semestre se baseando nos

Parâmetros da Educação Básica do Estado de Pernambuco e com fundamentação prática da Base Nacional Comum Curricular (CARVALHO; SANTOS, 2021).

Nesse sentido, o Plano Estadual de Educação de Pernambuco, quanto à EJA evidencia e subsidia o Programa Paulo Freire - Pernambuco Escolarizado, no qual visa criar oportunidade de alfabetização à todos os jovens e adultos pernambucanos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não permaneceram na escola, e promove o fortalecimento das ações de integração dos concluintes em programas de elevação de escolaridade e em turmas da rede regular de educação, que vem atendendo 160 municípios (LIMA, 2018).

Sabendo que, o ato da leitura e escrita em si vão além do ler. É apossar-se de conhecimento crítico de maneira gradativa no aspecto da vida. Isto é, ter posição de questionar e responsabilizar-se com as circunstâncias que as relações interpessoais nos colocam (FREIRE, 1987).

Com essa intenção, o citado plano tem como meta nº 10 oferecer, no mínimo, 36,3% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio. Intuito que tem como ideia incluir os alunos em apta concorrência para a colocação no mercado de trabalho, visando o desenvolvimento do indivíduo e a contribuição econômica estadual, compreendendo que essa cadeia favorecerá a discussão de novas implementações e investimentos para a EJA, bem como, aumentar a oferta na modalidade de ensino (DOURADO, 2018).

Em Recife, foi criado em 2013 o programa Qualifica Recife, que vislumbra a qualificação profissionalizante de jovens e adultos residentes na cidade gratuitamente, desse modo diversos estudantes conseguiram oportunidades de trabalho com capacitações oferecidas em diversas áreas de atuação como: administração, informática, indústria, vestuário, construção civil, beleza, alimentação, artes e idiomas. Ressalta-se também a importância de participação da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo da Prefeitura do Recife.

Apesar de que ainda se tenha muito o que cumprir enquanto direito fundamental, não se pode negar avanços. Sabendo que criar estratégias para o combate à pobreza seja um dever do estado, os cidadãos brasileiros têm uma parcela de compromisso por fazerem parte de um País democrático (FREITAS et al., 2021).

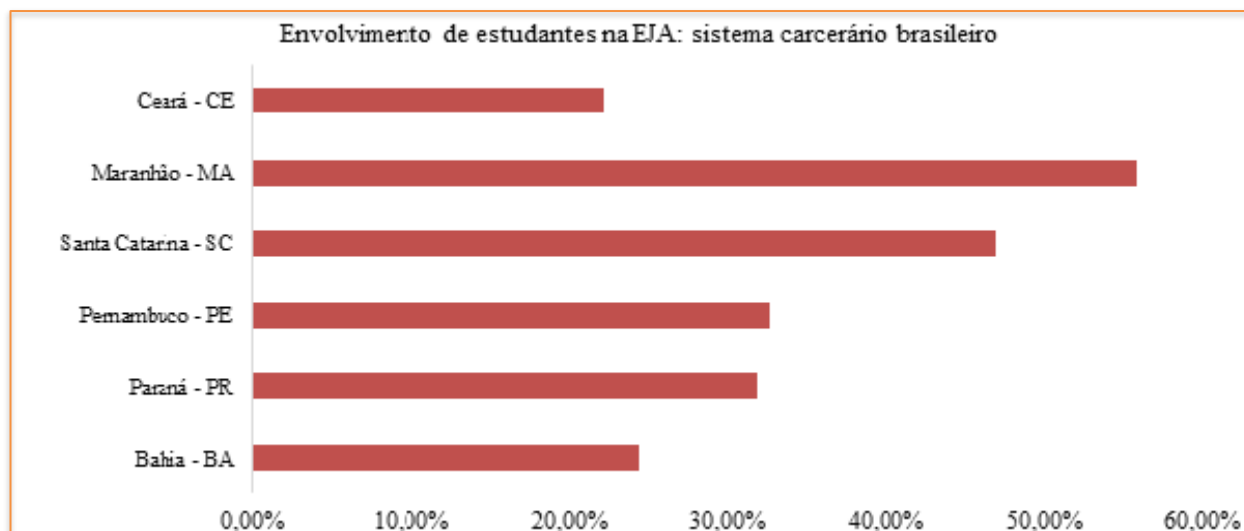
Com a política de transferência de renda garantida pelo Programa Bolsa Família – PBF, o Ministério de Educação e Cultura – MEC, visa condicionar a frequência do estudante em sala de aula como requisito obrigatória para seu recebimento. Outrossim, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, em consonância com o MEC demonstra uma ação amparadora para alguns estudantes da EJA desamparados financeiramente e os cursos de qualificação ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, além do Programa Ação Brasil Carinhoso, que ofertam serviços gratuitos e prestação de serviços de forma remunerada (MORAIS; DOS SANTOS; DE PAIVA, 2021).

Na Figura 1 aborda-se a taxa de envolvimento de estudantes com a EJA em seis estados, divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e Ministério da Justiça e Segurança Pública. O estado de Pernambuco é o terceiro estado brasileiro com a maior taxa de jovens e adultos integrados à EJA dentro do sistema carcerário brasileiro.

Com a adesão da iniciativa, a Secretaria Executiva de Ressocialização juntamente com o Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco definem que educação e trabalho

são aliados à ressocialização. O resultado é fruto do trabalho desenvolvido pelo Governo de Pernambuco no sistema prisional, que objetiva *ressocializar* cada vez mais os detentos, incluindo-os na sociedade por meio da educação.

Figura 1 – Taxa de envolvimento estudantil do sistema carcerário com a EJA.



Fonte: Adaptado do Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2020).

Observa-se que Pernambuco tem a terceira maior taxa de envolvimento de estudantes, com destaque para o Maranhão e Santa Catarina respectivamente primeiro e segundo com as maiores taxas. Dar-se ênfase às atividades formais educacionais a EJA e a educação profissional Cursos técnicos e profissionalizantes de formação continuada, além de atividades complementares ao processo educacional, havendo ainda, a possibilidade à remição da pena a fim de reintegrá-los no mercado de trabalho (BRASIL, 2020).

Dado relevante para a obra *Pedagogia do Oprimido* que se contrapõe ao “entendimento bancário da educação como instrumento de opressão e ressalta” ... “à dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 57; 120), que buscar interpor a realidade dos indivíduos a uma emancipação social através do pensar crítico, onde é fundamental cada vez mais ampliar esses programas e implementar políticas públicas educacionais que reconheçam a educação prisional como direitos humanos Fundamentais.

4.2 Ferramentas pedagógicas e educação a distância

As tecnologias adentram no âmbito educacional gradualmente, de acordo com os investimentos estatais e acessibilidade por parte da comunidade escolar. Entretanto, no primeiro semestre de 2020 com os altos índices de contágio pelo corona vírus e a exigente quarentena bem como o isolamento social, fundamentam a discussão acerca das tecnologias como ferramenta pedagógica que colocou professores e estudantes independente da capacitação e qualificação, acessibilidade a determinados softwares (IDOEDA, 2020)

Com Heinsfeld e Pischetola (2019), é possível compreender que mesmo as tecnologias educacionais estando em evidência, parte dos professores pouco familiarizados com alguns dispositivos não souberam quais ferramentas introduzir no seu plano de aula, tendo em vista,

que o ensino na modalidade EAD demandou diversas técnicas e conhecimento sobre os modelos tecnológicos aplicados à educação no contexto do distanciamento social.

Nesse sentido, percebe-se que a criatividade da gestão escolar foi de extrema importância na elaboração de novas possibilidades em que de forma democrática, os saberes aplicados atingissem todos, porém nem todos os estudantes têm acesso à aparelhos celulares, computadores ou tablets com acesso à internet, nem o conhecimento prévio para manusear determinados aplicativos para participarem das aulas (CRUZ et al., 2018).

Notou-se que os professores têm buscado adaptações a um novo contexto e vem construindo junto com os estudantes uma nova prática pedagógica que remete a Freire, quando da afirmativa que a importância da interação entre docentes e discentes e que uma completa a outra embora haja divergências. Por isso, se torna indispensável ao educador compreender seu lugar no processo de intermediação e construção do conhecimento, de acordo com as necessidades atuais no campo educacional (SANTANA et al., 2020).

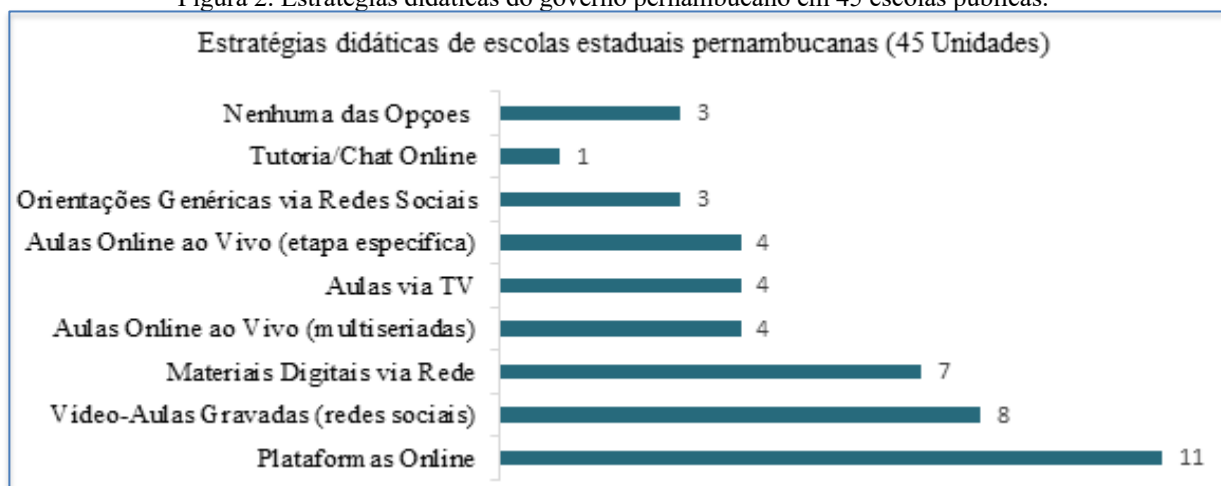
Em 2020, a organização civil Todos Pela Educação disponibilizou diversos dados baseados em recentes pesquisas no âmbito nacional sobre a educação básica para jovens e adultos nas redes municipais e estaduais junto ao quantitativo de ferramentas e formas que foram utilizados pedagogicamente quando do início das aulas na modalidade remota.

Isso por que mesmo com diversas ferramentas tecnológicas podendo ser destinadas à educação em tempos de isolamento social, os Estados e Municípios foram desafiados para quais modelos investir e iniciar a retomada das aulas na modalidade remota, em consequência diversos municípios ficaram semanas sem aulas em 2020.

Na figura 2 constam as estratégias didáticas utilizadas pelo governo pernambucano com o uso de plataformas digitais em 45 (quarenta e cinco) escolas públicas estaduais, incluem-se *software* de vídeo chamada como o *Google Meet*, *Skype*, *Zoom* e *Microsoft Teams*, favorecendo a interação na relação professor-aluno do processo de ensino-aprendizagem, inclusive com a disponibilização de videoaulas gravadas e fixadas em grupos de *WhatsApp*.

Em específico, Pernambuco disponibilizou um ambiente virtual de aprendizagem com toda rede de ensino interligada com os conteúdos seguindo o ano letivo conforme planejado.

Figura 2. Estratégias didáticas do governo pernambucano em 45 escolas públicas.



Fonte: Adaptado do CIEB (2020).

Observa-se que a maioria das escolas se utilizaram de plataformas online, tendo apenas uma escola com utilização de tutoria ou chat online. Pontua-se que os materiais digitais e *videoaulas* precedem as plataformas, demonstrando tendência de uma prática recorrente aos tempos atuais. Com a figura 3 demonstra-se as estratégias didáticas da rede municipal de ensino, contemplando 3.235 (três mil, duzentos trinta e cinco) escolas municipais.

Figura 3. Estratégias didáticas da rede municipal de Pernambuco em 3.235 escolas públicas.



Fonte: Adaptado do CIEB (2020).

Observa-se na figura 3 que 180 escolas se utilizam de plataformas digitais e outras 1600 não disponibilizam quaisquer meios digitais para o desenvolvimento do ensino.

Segundo Goes e Cassiano (2020) é válido considerar que o momento de distanciamento social, corrobora para uma prática educacional tendo nas plataformas digitais a égide do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, é necessário ampliar os debates em políticas públicas, de forma que o acesso e a disponibilização de recursos e ferramentas tecnológicas possam integrar o cotidiano escolar.

A participação de sindicatos e categorias educacionais devem atentar às melhorias tecnológicas como aporte pedagógico. Ampliando a busca por programas e oficinas de capacitações por parte do governo de estados e municípios da rede pública com a finalidade de ofertar uma melhor condição de trabalho para os profissionais de educação e ao mesmo tempo destinar um ensino de qualidade para os jovens e adultos, assim como, as demais modalidades de ensino (JÚNIOR et al., 2020).

4.3 Efeitos da pandemia na saúde mental de jovens e adultos

A pandemia da COVID-19 trouxe consigo diversos fatores, como o isolamento social, fechamento das instituições e o medo do amanhã. No âmbito econômico em esfera mundial, apresentou efeitos devastadores na constituição de renda das pessoas. Nesse sentido a saúde mental dos brasileiros está interligada ao sofrimento psicológico, tendo como necessidade a interação com pessoas e ambientes, características essas, que o isolamento social deixou de

propor resultando em um desafio na realidade de milhares de jovens e adultos da rede pública de ensino (KOHN et al., 2020).

Em consequência da rápida disseminação da doença e um novo cenário educacional à distância se transfigura em um momento benéfico para o desenvolvimento de alterações no comportamento impulsionadas pelo adoecimento psicológico como o estresse, ansiedade e a depressão que têm o potencial de gerar graves consequências à saúde mental dos educandos. Para Piaget (1975, p.30) “a adaptação é a essência do funcionamento intelectual, assim como a essência do funcionamento biológico. Esse processo de adaptação é então realizado sob duas operações, a assimilação e a acomodação que terá um desenvolvimento único em cada indivíduo”.

Nesse cenário, com a volta as aulas os profissionais se deparam com o estresse dos estudantes, com dificuldades de absorver os conteúdos pedagógicos tendo em vista que o fator psicológico é um dos fatores principais para o abandono escolar de alguns, além do medo de se contaminar e a falta de contato físico com colegas de classe (AQUINO et al., 2020).

Logo, a reação de crianças, jovens e adultos em meio a eventos de estado excitante, irritante, felizes, infelizes e amedrontadores exigem adaptações que inclui mudanças psicológicas, físicas e químicas em seu organismo podendo desencadear diversos distúrbios de aprendizagem como déficit de informação além da dificuldade de se relacionar com outros indivíduos (PIAGET, 1975).

E com isso, são desenvolvidos estímulos psicológicos e fisiológicos para lidar em ocasiões de auto estresse. De acordo com a duração ou a frequência dessas situações estressantes o indivíduo pode ter condições agravadas na sua saúde física e mental, por indução *epigenética* e *psiconeuroimunológicas*, que modifica a expressão dos genes, dependendo de como o sujeito reage a essas consequências, promoverá determinado tipo de estresse crônico durante seu ciclo vital (CYSNE, 2021).

Segundo Barros *et al.* (2020) em pesquisas publicadas em meados de 2020 concluíram que, os resultados mostraram que o período pandêmico em que os casos confirmados de COVID-19 no Brasil aumentaram de 45.757 para 330.890, bem como aumentaram os registros de mortes, de 2.906 para 21.048, 40% dos adultos, brasileiros foram atingidos por sentimentos de tristeza e depressão, além da sensação de ansiedade e nervosismo em mais de 50%. Caracterizando um contexto não apenas com a esfera educacional, mas também com a saúde pública.

Por isso, para um bom preparo na volta as aulas os professores precisam de apoio por parte de suas respectivas instituições em especial os psicopedagogos que é o profissional responsável por detectar e tratar possíveis dificuldades de aprendizagem. Contudo, ainda é necessária a atenção devida por partes dos representantes políticos a fim da discussão que promova projetos de leis nos âmbitos da saúde e da educação pública para a população menos favorecida ser subsidiada de perto pelo Estado (TOKARNIA, 2020).

4.4 Investigando a condição social dos evadidos

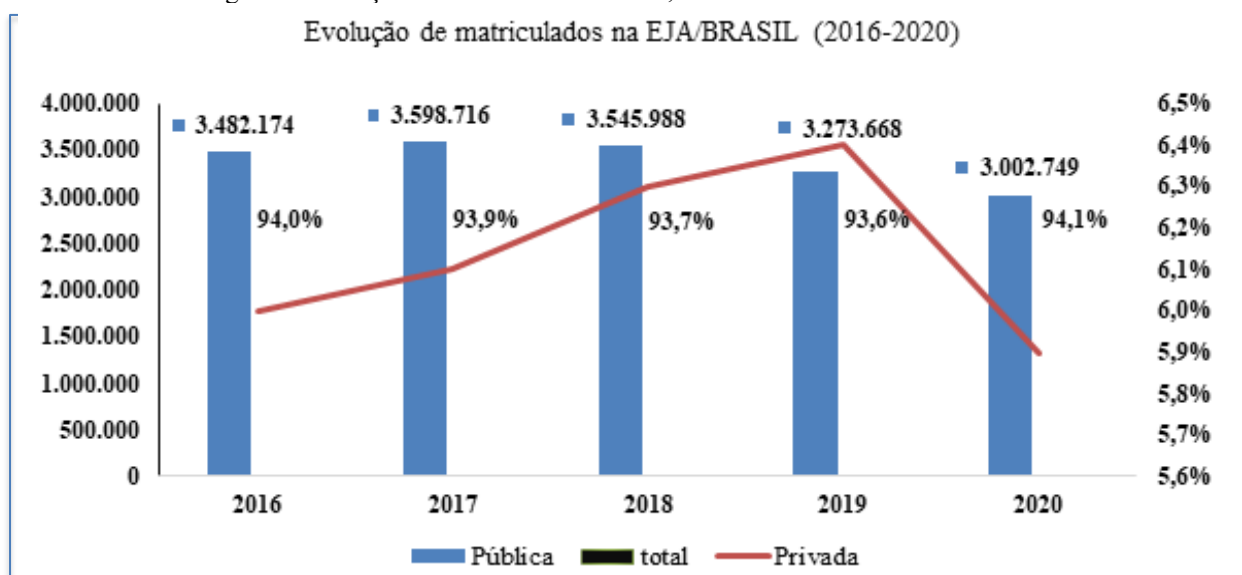
O ensino remoto juntamente com a crise sanitária descrita nesse documento, evidenciaram uma realidade antiga na vida de jovens e adultos de baixa renda, com a implementação de um novo método de ensino à distância, é possível perceber que a desigualdade educacional se agravou de forma ampla durante o período de 2020 e 2021, tendo

em vista que alunos de instituições privadas apresentam maior probabilidade de poder aquisitivo para acesso à internet e compra de diversas ferramentas pedagógicas, realidade essa que não condiz com a vivência de estudo da rede pública de ensino (SESTREM, 2021).

Ao considerar a pobreza como categoria social e historicamente determinada, esta condição implica manifestações de outras condicionantes humanas: cultural, política, econômica e subjetiva. E essas implicações se apresentam, de modo geral, tanto em uma dada classe social, a que vive do trabalho ou à procura dele, ou excluída do mercado de trabalho (DA ROSA; DA SILVA, 2021). Porém, a pobreza se torna uma desvantagem e com isso, se caracteriza a desigualdade.

Em janeiro de 2021, o MEC publicou o Censo Escolar de 2020, evidenciando dados referente a EJA, dentre eles, cabe destacar na figura 4, que a procura da modalidade é maior entre os estudantes da rede pública de ensino em consonância com aspectos financeiro-econômico (BRASIL, 2021).

Figura 4. Evolução de matriculados na EJA, cenário brasileiro de 2016 a 2020.

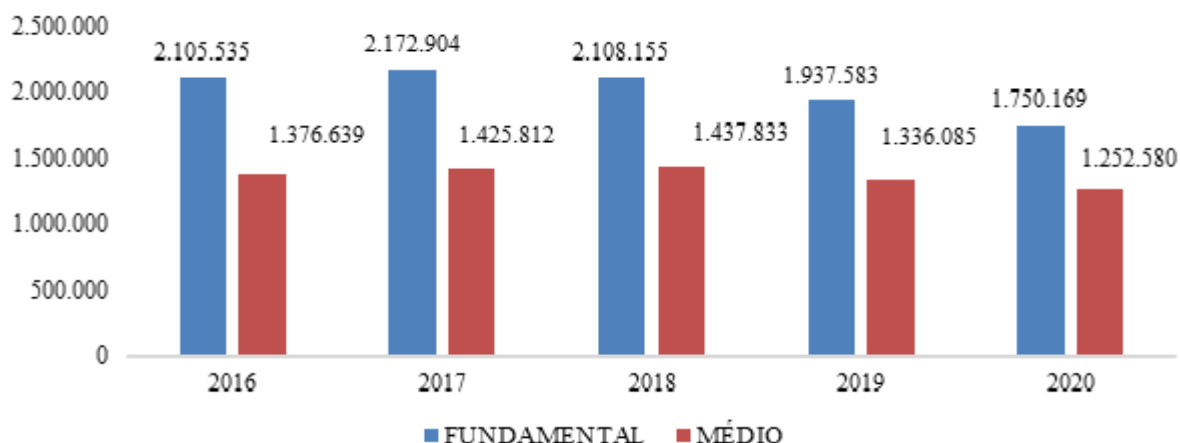


Fonte: Adaptado do INEP/Censo Escolar (BRASIL, 2021).

Observa-se na figura 4 que no período de 2016 a 2018 há uma tímida evolução que pode ser considerada como estável tecnicamente e a partir deste período nos anos de 2019 e 2020 houve baixa no número de matriculados na EJA. Com a figura 5 tem-se a relação de matriculados por modalidade de ensino, para o período de 2016 – 2020.

Figura 5. Evolução de matriculados na EJA, por nível de ensino no cenário brasileiro de 2016 a 2020.

Evolução de matriculados na EJA por nível de ensino/Brasil (2016-2020)



Fonte: Adaptado do INEP/Censo Escolar (BRASIL, 2021).

Observa-se que a modalidade do ensino fundamental é a mais procurada entre os jovens e adultos, por todo o período. Em que se caracteriza o analfabetismo presente na sociedade brasileira, realidade de pessoas que buscam as fichas 18 e 19 para realocar-se ou entrar no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, verifica-se que durante o ano de 2020, houve a menor procura dos cidadãos para as duas modalidades de ensino ofertadas em todo o período. Salienta-se que a evasão escolar e dificuldade em matrículas nas classes sociais mais baixas, têm na pandemia do novo coronavírus o empecilho de acesso à educação no último ano do Censo Escolar (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, é visto que o Estado, família e contexto social são a base que alicerçam o direito do acesso à educação de forma ampla, sobretudo na modalidade da EJA, tendo em vista a realidade desafiadora e a vulnerabilidade econômica. Também é ponderável afirmar segundo Bissaro et al (2021, p. 10) que, [...] a escola, o sistema de ensino e a educação muitas vezes ou quase sempre não oferecem atrativos para reter/manter os seus alunos e suas alunas com vontade [...] assim como [...] É preciso uma espécie de força tarefa da escola enquanto instituição de ensino; da família, está pouco provavelmente ajudaria, pois é uma das responsáveis pelo afastamento das crianças e adolescentes da escola; da sociedade; e, principalmente do Poder Público, com Políticas Públicas mais eficazes [...].

5. Considerações Finais

Concluindo a exposição a que se considerar que:

- A Educação de jovens e adultos durante a pandemia declinou e se tornou em desafio para os estudantes, principalmente de escolas públicas. Com as medidas de distanciamento social o ensino remoto foi adotado como pressuposto para continuidade do ensino e possibilidade de estudantes continuarem o ano letivo;
- O isolamento e a falta de recursos financeiros implicaram em dificuldades aos estudantes no âmbito educacional. Seja por falta de internet ou condições psicológicas para participarem das aulas. Levando em consideração, que o Governo Federal propositou o veto do PL 3477/20, que ofertava internet de graça para todos os alunos das redes municipais e estaduais;

- Constata-se quão frágil é o modelo educacional seja por ausência de programas educacionais que atendam aos alunos, em especial da EJA, seja por estrutura metodológica de ensino pré-estabelecida pelos PCN's, que em cenário pandêmico declinou a qualidade do ensino e das aulas. Considerados pela relação de um lado, professores não habituados a darem aulas remotas, do outro a falta de equipamentos e aplicativos de videoconferência por parte da maioria dos estudantes;
- A questão socioeconômica no âmbito da EJA, destaca que aderentes dessa modalidade de ensino foram negligenciados e colocados em um grupo a ser segregado, seja do ponto de vista da educação ou do trabalho, levando ao contexto histórico da falta de renda justa que se permeia até a atualidade. Resultando em uma sociedade sem acesso à educação, com altos índices de criminalidade e cidadãos sem o pensamento crítico e dialógico, refém de políticas públicas educacionais que não abrange todos que dela dependem;
- Observa-se a necessidade melhores políticas públicas no amparo a saúde mental dos elementos constituintes do processo de ensino e aprendizagem. E, para que haja controle da evasão escolar na EJA é necessário buscar alternativas para superar a dificuldade desses educandos, levando em consideração que a pandemia acentuou este comportamento;
- Sendo assim, o estudo atingiu seu objetivo e teve o viés de mostrar a importância da Educação de Jovens e Adultos e suas implicações, tendo em vista, os aspectos socioeconômicos agravados entre 2018 e 2021. Por fim, sugere-se novas pesquisas para que possa proporcionar futuros estudos na área das ciências educacionais que contribuam para o desenvolvimento da educação e do pensamento crítico e dialógico no que tange a educação de jovens e adultos.

Referências

- AQUINO, Estela ML et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARRUDA, Angela Cristina Souza. O Mobral e a educação de jovens e adultos: uma representação ideológica da ditadura militar. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28607/1/MOBRAL.pdf>. Acesso em: 08 out 2021.
- ARRUDA, Dayana Oliveira; DO NASCIMENTO OSÓRIO, Antônio Carlos; DA SILVA, Sara Santana Armoa. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia: contradições e racionalidades em evidência. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, p. 398-416, 2020.
- AZEVEDO, Margarida. Provas do Encceja acontecem neste domingo. Veja horários e regras. 2021. **Jornal do Commercio**. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2021/08/13035200-provas-do-encceja-acontecem-nesteasão-domingo-veja-horarios-e-regras.html>>. Acesso em: 04 out 2021.

BARBALHO, Teófilo. Percentagem de analfabetismo e direito a educação em adultos de 25 a 50 anos do bairro dos coelhos, recife, pe–brasil–ano 2.018. **Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA**, 2019.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020427, 2020.

BISPO, Sonia Vieira; DE FARIA, Edite Maria da Silva; GARCIA, Elisete Enir Bernardi. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e o real. **Retratos da Escola**, v. 15, n. 32, p. 305-320, 2021.

BISSARO, Débora Zago et al. Evasão e abandono escolar: os desafios de conter seu avanço, as causas e consequências-estudo de caso na Escola Municipal “João Mendonça”, em Teixeira de Freitas-Bahia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. 34810412463-34810412463, 2021.

BRASIL, **Departamento Penitenciário Nacional**. Brasília. 2020. Disponível em < <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>>. Acesso em 13 Ago 2021.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824

BRASIL, **Ministério da Economia**. Secretaria de Acompanhamento Econômico. Brasília: Ministério da Economia, 17 set. 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/COVID-19/timeline/2021/setembro/17-de-setembro-de-2021>>. Acesso em: 30 set 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2020**. Brasília : inep, 2021, p; 27.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1968. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15379.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Lei nº5692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. MEC. Ensino de 1º e 2º grau.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**. Brasília,1996.

CAMPOS, Ana Cristina. Impactos da pandemia é maior para trabalhadores jovens, diz ipea. **Agência Brasil**. 2021. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/impacto-da-pandemia-e-maior-para-trabalhadores-jovens-diz-ipea>>. Acesso em 30 set 2021.

CAMPOS, Ana Karen Alves; SILVA, Suelene Vaz da. Educação de Jovens e Adultos: (trans)formando vida e formação profissional. *Brazilian Journal Of Development*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 47094-47105, jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n7>.

CARVALHO, Odair França; SANTOS, Josenilde Lima. A proposta pedagógica de Educação do Campo no estado de Pernambuco: diálogos entre Educação do Campo, currículo integrado e interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, p. e10822-e10822, 2021.

CASTRO, F.S. A Educação de Jovens e Adultos em Teresina (PI): contradições entre a proclamação do direito e a efetivação da oferta. 2020. 142f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Piauí.

CIEB, Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto. Brasília. 03 abril 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Desktop/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf.pdf>. Acesso em 20 ago 2021.

CHAGAS, Viviane Ramos da Silva. A EJA No Brasil: reflexões sobre seu histórico. 2020. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA12_ID5037_31082020175902.pdf. Acesso em: 08 out 2021.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 4. Ed. Lajeado: Editora Univates, 2020

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

CRISPIM, Suzy Nunes et al. Economia solidária na visão dos alunos da EJA: compreensões e concepções nos momentos de conclusão do ensino médio em uma escola pública no município de Cuité-PB. 2017. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/20884>>. Acesso em: 12 out 2021.

CRUZ, José Anderson Santos et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 3, n. 1, p. 99-108, 2018.

CYSNE, J. C. A. Estudo dos efeitos comportamentais e do estresse oxidativo do cloridrato de metilfenidato em modelo de depressão induzido por estresse crônico imprevisível em camundongos. 2021. 62 f. **Dissertação** (Mestrado em Farmacologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

DA ROSA, Sandra; DA SILVA, Marcus Quintanilha. Relação entre pobreza e evasão escolar: um aporte teórico. **Cadernos Acadêmicos Unina**, v. 1, n. 1, 2021.

DE AQUINO, Daiane Caetano Costa et al. Evasão e permanência de estudantes da EJA: interface com o mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 18922-18933, 2021.

DOS SANOS FERNANDES, Ana Paula Cunha; DA SILVA OLIVEIRA, Iranildo. Evasão na EJA: um desafio histórico. **Revista Educação & Formação**, v. 5, n. 13, p. 79-94, 2020. <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.990>.

DOS SANTOS, Robson; SANTOS, Priscila Pereira. O ENCCEJA e a Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 37-37, 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. A institucionalização do sistema nacional de educação e o plano nacional de educação: proposições e disputas. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 477-498, 2018.

FERREIRA, Alana Carina Stringhi. **Estudo sobre a educação de jovens e adultos no Brasil: o surgimento de uma educação popular**. 2019. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em pedagogia. Fundação Universidade Federal De Rondônia, Campus De Vilhena. Departamento Acadêmico De Ciências Da Educação. <http://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2762>.

FERREIRA, E. C. da S. .; OLIVEIRA, N. M. de . EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: causas e consequências. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 39–48, 2020. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4>. Acesso em: 3 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 31ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (O mundo, hoje, v. 21).

FREITAS, Vitória Machado Rodrigues Sousa et al. A colaboração do ensino virtualizado dentro da perspectiva educacional. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 2, n. 2, p. 30-30, 2021.

GADELHA, Maria Leudysvania de Sousa Lima; DE MORAES, Ana Cristina; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Educação Produtivista Atual. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.

GOES, C. B.; CASSIANO, G. COVID-19 e a percepção de docentes do ensino superior sobre o uso de plataformas digitais. In: SENHORAS, E. M. (Org). COVID-19: Educação e a Ótica Docente. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p.103-132.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HEINSFELD, Bruna Damiana; PISCHETOLA, Magda. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

IAZDI, Oz Solon Chovghi. Uma análise da multidimensionalidade das percepções de justiça em um tipo ideal de economia solidária e nos empreendimentos econômicos solidários do Paraná. **Revista de Economia**, v. 42, n. 77, p. 193-221, 2021.

IDOEDA, Paula Adamo. Os desafios da educação à distância, adotada às pressas na quarentena. UOL. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2020/04/17/os-desafios-da-educacao-a-distancia-adotada-as-pressas-na-quarentena.htm>. Acesso em: 18 AGO 2021.

JESUS, Gidelmo Santos de; NEVES, Odair Ledo; CARVALHO, Romário Pereira. Identidade, cultura e trabalho: um olhar sobre a educação de jovens e adultos no projovem campo saberes da terra. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, 2021.

JÚNIOR, Adenilson Souza Cunha et al. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: Cenários e Dilemas em Municípios Baianos. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, v. 2, p. 01-22, 2020.

KOHN, Isadora Gottinari et al. SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA. *Revista Congrega-Mostra de Projetos Comunitários e Extensão*, v. 14, p. 43-47, 2020.

LIMA, Márcia F. de. Implantação dos sistemas municipais de ensino no agreste pernambucano: em busca da construção da autonomia. In: *Anais do V Congresso Nacional de Educação*. 2018. p. 1-8.

MAMÉDIO, Rita de Cássia da Costa. A EJA como direito na legislação e na política educacional brasileira: uma análise da década de 1930 ao contexto atual. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MANGIAVACCHI, P.; MAGNELLI, R. C. Educação de jovens e adultos (eja) no município de bom Jesus do Itabapoana no período de 2010-2016. *Múltiplos Acessos*, v. 4, n. 1, p. 160-169, 19 jul. 2019.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES, Alany et al. Formação do professor no ensino da Matemática em tempos de isolamento social no ensino híbrido: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, p. e43810515162-e43810515162, 2021.

MORAES, Lélia Cristina Silveira de; SANTOS, Natália Cristina Goiabeira dos. Educação de jovens e adultos: o proeja no resgate do direito à escolarização e profissionalização. *Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 42, p. 29-50, 2019.

MORAIS, Erivania Melo; DOS SANTOS, Camila Rodrigues; DE PAIVA, Irene Alves. Políticas públicas de educação no contexto neoliberal: um breve balanço. *Revista Inter-Legere*, v. 4, n. 31, p. c25900-c25900, 2021.
MOREIRA, Joice Marielle da Costa. A experiência do Pronera EJA no DF e Entorno: o projeto Tecicampo e as contribuições para o desenvolvimento. 2019. 159, vi f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico]**. 1. Ed. Santa Maria: NTE/UFSM, 2018.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia new challenges of school management and classroom in pandemic times. *Revista de Administração Educacional*, v. 11, n. 1, p. 20-31, 2020.

PERNAMBUCO. DIÁRIO DE. Pernambuco abre inscrições de supletivo para conclusão de Ensinos Fundamental e Médio; veja edital. *Diário de Pernambuco*. 2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/pernambuco-abre-inscricoes-de-supletivo-para-conclusao-de-ensinos/183340/>. Acesso em: 04 out 2021.

PIAGET, J. **O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RECIFE, Prefeitura. **Cria o sistema municipal de ensino do recife - SMER**. Assembleia Legislativa. 2002. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2002/1676/16768/lei-ordinaria-n-16768-2002-cria-o-sistema-municipal-de-ensino-do-recife-smer>>. Acesso em 10 out 2021.

SALLES, Stéfano. ARAÚJO, Thaynara. **Renda habitual dos brasileiros cai 6,6% no segundo trimestre, aponta IPEA**. CNN BRASIL. 2021. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/business/renda-habitual-do-brasileiro-cai-66-no-segundo-trimestre-aponta-ipea/>>. Acesso em: 30 set 2021.

SANTANA, Valdilene Valdice et al. A importância do uso da internet sob o viés da promoção interativa na educação em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 78866-78876, 2020.

SESTREM, Gabriel. Desigualdade educacional: alunos pobres têm mais prejuízo com escolas fechadas. 2021. Portal Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/desigualdade-educacional-estudo-revela-impactos-ensino-remoto-alunos-mais-pobres-escolas-publicas/>. Acesso em: 19 set 2021.

SILVA, Ednaldo Antonio da et al. **Evasão escolar: uma análise do impacto da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS) em escolas públicas em Pernambuco-Brasil**. Tese (Mestrado em ciências da educação) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa. 2018.

SILVA, Elaine Rosângela Leutwiler Di Giacomo. A educação de jovens e adultos no contexto das políticas públicas de financiamento: da constituição de 1988 à implantação do FUNDEB. **Ensinar E Aprender**, p. 192, 2020.

SILVA, Lucivania Deodato da. A Economia Solidária segundo a EJA - Educação de Jovens e Adultos: possíveis contribuições para uma determinada associação comunitária rural local. 2017a. 36f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária para Convivência com o Semiárido, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7146>

SILVA, Simone Gonçalves et al. Políticas educacionais: aproximações entre ensino médio, EJA e educação profissional. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 1, p. 278-293, 2017b.

TOKARNIA, Mariana. Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever. Agência Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>>. Acesso em: 15 out 2021.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. A Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo–Políticas Públicas: panorama retrospectivo 1930–1998. **Pró-Discente**, v. 1, n. 1, 2018.